

# Revoltas da monarquia hispânica (1640-1647) no contexto europeu: ecos e contágios

JOANA FRAGA\*

Este artigo visa analisar o impacto das revoltas da Catalunha, Portugal e Nápoles na década de 1640 no contexto europeu. Estas insurreições tiveram uma forte repercussão nos territórios europeus, patente nas obras publicadas e nas imagens que circularam nos anos que se seguiram às revoltas. Embaixadas e emissários enviados às principais cidades da Europa para negociar acordos foram muitas vezes responsáveis por encomendar publicações que tinham os principais argumentos a favor das suas causas. Por outro lado, é possível também falar de casos de apropriação de elementos das revoltas por parte de alguns destes territórios e da sua respectiva utilização para gerir os problemas internos.

**Palavras-chave:** revoltas, monarquia hispânica, século XVII, história cultural

## **The revolts of the Hispanic Monarchy (1640-1648) in the European context: echoes and contact points**

This paper analyses the impact of the revolts of Catalonia, Portugal and Naples in the decade of 1640 in the European context. These insurrections had a strong impact in the European territories, which reflected on published texts and images circulating in the years that followed the revolts. Embassies and envoys sent to the main cities to negotiate treaties were often in charge of commissioning works containing the main arguments to legitimate their causes. Also, it is possible to talk about appropriation of certain elements of the revolts by some of these territories and their usage to manage their own domestic issues.

**Keywords:** revolts, Hispanic Monarchy, Seventeenth-Century, Cultural History

\* Investigadora de Pós-doutoramento na EHESS - Paris. Este artigo foi desenvolvido no âmbito dos projetos de investigação *Poder y representaciones en la Edad Moderna: la monarquía hispánica como campo cultural* (HAR2012-39516-C02-01) e CURR: *Cultures des révoltes et révolutions*.

## As três revoltas e a Guerra dos Trinta Anos

O conde-duque de Olivares descreveu o ano de 1640 como “*el más infeliz que esta monarquía ha alcanzado [...] porque a las prevenciones mayores que se han hecho nunca de todo y en todas partes han correspondido los sucesos más adversos que pudiera la imaginación pintar*”<sup>1</sup>. Referia-se, naturalmente, às insurreições da Catalunha e de Portugal. No entanto, o favorito do rei estava longe de imaginar que, sete anos mais tarde, uma nova revolta iria estalar, desta vez em Nápoles, fazendo estremecer uma vez mais a estabilidade da monarquia hispânica.

Estas três revoltas, longe de serem acontecimentos isolados, devem ser vistas num contexto mais amplo, a par de outros conflitos como a guerra dos Países Baixos (1568-1648), os levantamentos da Andaluzia (1641) e a revolta na Sicília (1648). Nos últimos anos a historiografia tem dado passos significativos no sentido de tratar estas revoltas cada vez menos como movimentos separados e mais como acontecimentos integrantes de um fenómeno de maior dimensão, a Guerra dos Trinta Anos<sup>2</sup>.

A partir de 1635 abre-se uma nova frente quando a rivalidade entre Espanha e França pelo domínio da Europa assumiu o seu expoente máximo e a guerra foi declarada entre as duas potências. A partir da década de 1630 o cardeal Richelieu, primeiro-ministro do monarca francês Luís XIII, optou por uma nova estratégia para dividir as forças espanholas, abrindo-lhes novas frentes de guerra. Foi neste contexto que a França incentivou as revoltas no seio da monarquia hispânica, nomeadamente na Catalunha e em Portugal em 1640, e em Nápoles em 1647.

Quando as notícias do início da revolta em Barcelona e da morte do conde de Santa Coloma<sup>3</sup>, vice-rei da Catalunha entre 1638 e 1640, chegaram a Madri, ninguém conseguia acreditar. O próprio rei terá sentido uma confusão extrema com a recepção dessa notícia. Segundo terá dito aos enviados de Barcelona, “*estaba de manera que no estaba en sí ni sabía si comía o dormía*” e confessou que não sabia como encontrar uma solução para pacificar a província<sup>4</sup>. Ninguém imaginou que os levantamentos e as mostras de insatisfação por parte dos catalães fossem conduzir à trágica morte do vice-rei e ao início de um movimento com cariz separatista, apoiado pela França.

A princípios de dezembro, a corte de Madri voltou a sentir a mesma incredulidade, desta vez por causa da revolta portuguesa. Um espião português escreveu que “*estavam todos atónitos*” e que o conde-duque não dormia<sup>5</sup>. A 7 de dezembro chegaram a Madri as primeiras notícias que confirmavam a conjura nobiliárquica em Portugal que aclamara D. João, duque de Bragança, como

1 John Elliott. *La rebelión de los catalanes (1598-1640)*. 5ª Ed. Madri: Siglo XXI de España, 1999. p. 445.

2 A primeira obra que adota esta perspectiva é de Roger Bigelow. *Six contemporaneous revolutions*. Oxford: Clarendon Press, 1938. No entanto, foram precisos vários anos para que este tipo de estudo comparativo voltasse a ser retomado. Cf. Elliott. ‘Cataluña y Portugal’. In: *Op. cit.*; María de los Ángeles Pérez Samper. *Catalunya i Portugal el 1640: dos pobles en una cruïlla*. Barcelona: Curial, 1992; Werner Thomas & Bart de Groof (orgs.). *Rebelión y resistencia en el mundo hispánico del siglo XVII*. Leuven: Leuven University Press, 1992. Minha dissertação de doutoramento pretende seguir esta linha de estudos comparativos, cf: Joana Fraga. *Three revolts in images*. Catalonia, Portugal and Naples (1640-1647). Barcelona: tese de doutorado em História, Universidade de Barcelona, 2013.

3 Sobre os acontecimentos do *Corpus Christi*, vid. Antoni Simon i Tarrés. *Cròniques de la Guerra dels Segadors*. Barcelona: Curial, 2003; do mesmo autor, *Els orígens ideològics de la revolució catalana de 1640*. Barcelona: Publicacions de l’Abadia de Montserrat, 1999; e Xavier Torres. *La Guerra dels Segadors*. Vic-Lleida: Eumo, 2006.

4 Archivo Histórico de Barcelona (AHB). Manlleu a los diputats, 12 de junio de 1640 Apud: Elliott. *Op. cit.*, p. 400.

5 Rafael Valladares. *A independência de Portugal. Guerra e Restauração 1640-1680*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2006. p. 47. Vid também Fernando Bouza Álvarez. ‘Primeros de diciembre portugués, una revolución desprevenida?’ In: *Manuscritos*, n. 9. Bellaterra, 1991. p. 205-225.

D. João IV rei de Portugal. A notícia causou tamanha comoção que se proibiu de imediato que se falasse do tema, sob castigo de pena de morte<sup>6</sup>.

A abertura de uma nova frente político-militar condicionou, em parte, a ação de Filipe IV<sup>7</sup>. O conde-duque de Olivares viu-se obrigado a reavaliar a situação da Catalunha, devido às implicações econômicas e humanas de ter duas frentes de guerra abertas na península. Numa tentativa de resolver o problema, sabia ser importante conseguir um acordo com os catalães, acordo que exigia em troca uma série de condições, entre elas a anulação dos pactos com a França, feitos na segunda metade do ano de 1640, participar com homens e dinheiro na guerra contra Portugal e o alojamento de tropas em Tortosa. Em troca, seria concedido um perdão geral – exceto para os cúmplices da morte do vice-rei e dos juízes da Audiência, e a reintegração do principado nas mesmas condições existentes antes do início do conflito<sup>8</sup>. Por outras palavras: era uma proposta em que o rei pedia dinheiro e efetivos e não respondia em nenhuma medida aos pedidos do principado. E no entanto, a corte de Filipe IV sabia que seria muito difícil fazer guerra nas duas frentes peninsulares e manifestou a sua preferência pela recuperação da Catalunha. Esta questão foi tratada nos meses que se seguiram, sempre com argumentos a favor da recuperação do principado: por um lado, era preciso frenar as tentativas francesas de instalar a guerra em Espanha, o que seria muito fácil caso contassem com os territórios catalães e, por outro, queria-se evitar a todo custo o descrédito por perder a Catalunha, uma guerra que já tinha começado<sup>9</sup>.

Ante este cenário, vários foram os avisos feitos a Filipe IV sobre a iminência de uma revolta em Nápoles. A forte pressão fiscal, o esgotamento das arcas do governo, os abusos sociais perpetrados nas zonas rurais, entre muitos outros fatores, alimentavam desde o século anterior um clima de tensão<sup>10</sup>. Porém, o rei não lhes fez caso. A referência mais direta à ameaça de uma insurreição data de 23 de setembro de 1646, presente numa relação apresentada pelo vice-rei duque de Arcos ao Conselho de Itália, tema que regressa em fevereiro de 1647: a situação econômica do reino de Nápoles era desastrosa. No entanto, a política interna e exterior da monarquia hispânica era de tal modo convulsa em 1647, que não permitiu que se desse a devida atenção à insurreição napolitana quando as notícias chegaram a Madri. A primeira relação escrita pelo duque de Arcos data de 15 de julho. O Conselho de Itália reuniu-se para debater o assunto apenas a 29 de agosto e em setembro o rei ainda não estava completamente consciente da gravidade da situação<sup>11</sup>. Uma insurreição aparentemente protagonizada por um pescador acabou por se desenvolver numa revolta organizada que se prolongou até abril de 1648.

Estas três revoltas geraram, como se viu, reações de incredulidade e espanto generalizado em Madri, não só pela surpresa que representavam em si, mas também pelas consequências que tiveram, não só políticas e militares, mas também no âmbito das relações diplomáticas e culturais. Rapidamente as notícias das sublevações ultrapassaram as fronteiras da monarquia. Através de cartas, gazetas, panfletos, gravuras e boatos, as novidades espalharam-se pela Europa<sup>12</sup>. Agen-

6 *Idem*.

7 Antoni Simon i Tarrés. 'Catalunya o Portugal? El dilema dels dos fronts i el marquès de Villafranca' In: S. Sansano & P. Valsalobre. *Francesc Fontanella: una obra, una vida, un temps*. Girona: Vitela, 2006. p. 18-19.

8 *Idem*. p. 19-20. Também citado por Elliott. *Op. cit.*, p. 496.

9 Simon i Tarrés. *Op. cit.*, p. 23. Vid. Valladares. *Op. cit.*

10 Com efeito, em 1585 já tinha estalado uma revolta de dimensões significativas. Sobre os antecedentes da revolta napolitana, vid. Rosario Villari. *La revuelta antiespañola en Nápoles: los orígenes: 1585-1647*. Madri: Alianza, 1979.

11 Aurelio Musi. *La rivolta di Masaniello nella scena politica barocca*. Nápoles: Guida, 1989. p. 128-129.

12 A maior parte das obras publicadas por catalães e portugueses na Península Ibérica e na Europa são textos impressos de baixo custo destinados a divulgar as notícias e os argumentos separatistas. A sua importância na

tes da Catalunha e de Portugal apressaram-se em partir além-fronteiras para defender as suas posições nas principais cidades europeias. Prepararam-se especialmente bem as embaixadas a Roma, na tentativa de obter o apoio papal, imprescindível para o reconhecimento das aspirações separatistas, e a participação no congresso de Westfália (1648). A par da tentativa de estabelecer contatos com as principais potências europeias, Catalunha e Portugal encararam-se mutuamente como potenciais aliados solidários e dispostos a colaborar na sua causa.

A revolta napolitana, inicialmente protagonizada por Masaniello, um jovem pescador, não teve desde o princípio as mesmas aspirações que as revoltas de 1640 na Península Ibérica<sup>13</sup>. Não contou, portanto, com dispositivos diplomáticos semelhantes, mas despertou um enorme interesse na Europa, especialmente entre os países em guerra com Espanha. Além do mais, para Portugal e Catalunha, o reino de Nápoles, em constantes tensões sociais, foi também encarado como um potencial aliado.

Nas próximas páginas, iremos analisar de que forma materializaram-se as relações entre os rebeldes e os reinos europeus, tentando entender os laços estabelecidos, como as notícias das revoltas foram recebidas e em que casos se pode verificar uma apropriação dos argumentos revolucionários. Longe de esgotar questões e exemplos, este artigo tem o objetivo de traçar em linhas gerais uma perspetiva comparada da cultura das revoltas. É certo que algumas questões aparecerão simplificadas, mas prevaleceu a importância de desenhar um cenário europeu de recepção dos três conflitos.

## Península Ibérica

É difícil resistir à tentação de comparar as revoltas da Catalunha e de Portugal, especialmente tendo em conta a sua sincronia. Apesar de não partilharem a totalidade das causas e ainda menos as consequências, têm pontos em comum e os dois povos souberam aproveitar a situação um do outro e utilizá-la a seu favor. A simultaneidade cronológica potenciou a comunicação e a solidariedade entre os dois extremos da península, unidos por uma guerra contra um inimigo comum: Filipe IV. Catalunha e Portugal partilharam nos anos que se seguiram ao início das respectivas revoltas a necessidade de justificar as insurreições, rejeitando o conceito de rebelião. Era um movimento que respondia à necessidade de restaurar o equilíbrio constituído historicamente devido ao incumprimento das relações com o governo de Filipe IV.

A guerra entre França e Espanha que se travava na Catalunha a partir de 1635 significou para Portugal mais um ponto de fricção nas relações que mantinha com a monarquia, da qual fazia parte desde 1580. Madri necessitava de dinheiro e Portugal recusava-se a contribuir, justificando que os seus fundos estavam a ser mal gastos na Flandres e no Brasil. O rei exigia também efetivos, especialmente depois de estalar a revolta catalã, e convocou militares portugueses para com-

---

Catalunha foi estudada por Henry Ettinghausen. *La Guerra dels Segadors a través de la premsa de l'època*. Barcelona: Curial, 1993; Joana Escobedo. *Plects poètics catalans del segle XVII de la Biblioteca de Catalunya*. Barcelona: Biblioteca de Catalunya, 1988; Samper. *Op. cit.* Para o caso português vid. *Exposição bibliográfica da Restauração*. 2 vols. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1940-1941; João Francisco Marques. *A parenética portuguesa da Restauração 1640-1668. A revolta e a mentalidade*. 2 vols. Porto: INIC, 1989; Diogo Ramada Curto. 'A história do livro em Portugal: uma agenda em aberto'. In: *Leituras*. Revista da Biblioteca Nacional, n. 9-10. Lisboa, 2001-2002. p. 13-61; e Fernando Bouza Álvarez. 'Cultura escrita e história do livro: a circulação manuscrita nos séculos XVI e XVII'. In: *Leituras*. Revista da Biblioteca Nacional, n. 9-10. Lisboa, 2001-2002. p. 63-95.

13 Sobre a revolta em Nápoles vid. Musi. *Op. cit.*; Villari. *Op. cit.*; e Alain Hugon. *Naples insurgée. 1647-1648. De l'événement à la mémoire*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2011.

bater com os exércitos espanhóis, o que desencadeou um profundo mal-estar. O clima de tensão precipitou a revolta que acabou por ocorrer no dia 1 de dezembro, com a proclamação do novo rei D. João IV.

A notícia da sublevação portuguesa chegou à Catalunha em 4 de janeiro de 1641, recolhida no *Dietari de la Junta General de Braços* e causou reações de alegria e solidariedade entre os presentes. Portugal tinha seguido o exemplo da Catalunha e o movimento luso constituía um novo argumento na justificação da sua própria revolta contra o governo de Olivares. Os catalães tinham a partir desse momento um novo aliado na resistência às tropas de Filipe IV, ao mesmo tempo que se fragilizavam as forças do rei com a abertura de uma nova frente de guerra.

João IV terá também pensado nos catalães como aliados instantâneos, pois tratou de enviar de forma imediata um aviso sobre a revolta. No entanto, foram notícias que não chegaram nunca pois a nau foi capturada pelos castelhanos<sup>14</sup>. Apesar disso, o envio de uma embaixada à Catalunha foi uma das suas primeiras preocupações. Apenas quatro dias depois de ter sido proclamado rei, a 19 de dezembro, D. João IV assinava as credenciais do padre Ignácio Mascarenhas que partia dias depois em direção a Barcelona.

Para além da necessidade de informar, o monarca luso pretendia apelar aos portugueses incorporados nos exércitos de Filipe IV que regressassem a Portugal e lutassem a seu lado, bem como a libertação dos prisioneiros portugueses feitos no principado<sup>15</sup>. A embaixada do jesuíta português foi curta e não foi muito além da troca de palavras de amizade e da expressão de boas intenções. A Catalunha acabava de colocar-se sob a alçada do rei de França e era necessário negociar agora com Paris: os temas relacionados com a Catalunha passavam a ser competência da política de assuntos exteriores francesa<sup>16</sup>. María de los Ángeles Pérez Samper considera que é possível que os portugueses, durante as suas conversações com os franceses, tenham tido alguma influência no sentido de apoiar a sua resistência contra Filipe IV<sup>17</sup>. Talvez seja complicado concluir que os portugueses pudessem de fato ter esse nível de influência na política francesa, se considerarmos a atitude sempre ligeiramente vaga que Richelieu teve com Portugal<sup>18</sup>. Contudo, os castelhanos pareciam pensar que era efetivamente verdade. Francesc Pasqual de Panno, partidário de Filipe IV, na sua obra *Motines de Cataluña*, ao referir-se à chegada do embaixador português a Barcelona, afirma que:

Acompañó, también, con grandes ofrecimientos al Principado, la intervención que por ellos y su gente hizo el rey de Francia pidiéndole tomase con beras a su cargo el amparo y defensa de Cataluña. Reconocióse bien la eficacia deste oficio en la prontitud con que de allí en adelante asistió el francés a las conveniencias catalanas [...] <sup>19</sup>.

14 Samper. *Op. cit.*, p. 265.

15 Alguns destes soldados optaram, segundo podemos ver na correspondência epistolar desses anos, por passar-se para o lado catalão. O cônego D. José Soler dá conta de duas companhias inteiras de portugueses, com os respectivos oficiais e capitães, enquanto D. Jerónimo Sabata anunciava a mudança de lealdade de 16 portugueses. Vid. *Memorial histórico español*. Colección de documentos, opúsculos e antigüedades. Docs. 938 e 939, tomo XXV. Madrid: Real Academia de la Historia, 1893. p. 374.

16 *Idem*. p. 280.

17 *Idem*. p. 281.

18 Este aspecto será desenvolvido neste texto nas páginas que se seguem.

19 Biblioteca Nacional de España (BNE). ms. 2286. Francisco Pasqual de Panno. *Motines de Cataluña desde el año 1622*. fols. 103 e 104. Apud: Pérez Samper. *Op. cit.*, p. 281.

Quanto mais não fosse, o argumento funcionou como um elemento propagandístico a favor da Catalunha e de Portugal.

No mesmo ano de 1641, a Catalunha tomou a decisão de enviar a Portugal uma embaixada. Foi eleito embaixador Jacint Sala e foi encarregado de felicitar o rei de Portugal pela sua aclamação e, sobretudo, de conseguir dinheiro para apoiar a guerra no principado. Tal como a embaixada portuguesa na Catalunha, não se conseguiu chegar a nenhum acordo concreto. Portugal não podia dispensar ajuda econômica, pois apesar dos ingressos que provinham das colônias, precisava de concentrar-se nas suas necessidades próprias. A possibilidade de enviar soldados também não era viável: poderia proporcionar aos catalães algum alívio, mas nesse caso o rei português seria incapaz de enfrentar a ofensiva nas suas próprias fronteiras.

O aparente fracasso das missões diplomáticas e a dificuldade sentida em transformar as palavras em atos opôs-se, no entanto, à prolifera atividade escrita. Catalães e portugueses demonstraram uma grande capacidade de colocar os principais acontecimentos por escrito e de pôr essa informação em circulação<sup>20</sup>. Muitos panfletos, relações e gazetas foram publicados, escritos em castelhano, catalão e português.

Nas *Gazetas da Restauração* estudadas por Eurico Gomes Dias<sup>21</sup>, as notícias com referências à guerra na Catalunha são abundantes, sendo o seu volume equiparável à quantidade de informação que chegava de Paris, Roma e Londres. Apesar do tom neutro de grande parte dos acontecimentos noticiados, seus autores encontraram à mesma espaço para exaltar a valentia dos catalães:

E este valor dos Catalès, & sua fidelidade em o serviço del-Rey he tanto mais louvavel, quanto alguns espíritos inimigos do bem, & deste principado, trabalham por faser por em esquecimento a seus moradores os maos tratamentos, que tem recebido dos ministros de Castela; & as mortes, incendios, & ruínas de suas casas, que tem padecido, alem da profanação dos lugares sagrados [...] <sup>22</sup>

Em Portugal, à medida que os meses foram passando, a revolta da Catalunha foi sendo incorporada como um argumento providencialista que justificava o movimento dos portugueses e consolidava a sua legitimidade. A ideia de que a revolta catalã servira para dar uma oportunidade a Portugal de libertar-se do jugo de Castela foi defendida por Manuel Severim de Faria em Portugal, nas *Observações dos malles que Deus permitio...*:

Permittio os dezaforos, que os Castelhanos fizeraõ em Catalunha; para se levantarem os Catellaens, e se entregarem aos Francezes; para que El Rey de Castella ficasse opprimido com outra Guerra mais perigosa, e que lhe nam deo lugar para acudir á de Portugal [...] <sup>23</sup>.

20 Samper. *Op. cit.*, p. 314-395.

21 Eurico Gomes Dias. *Gazetas da Restauração: [1641-1648]*. Uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006. Para um estudo da percepção da guerra da Catalunha nas gazetas vid. Fraga. 'La 'Guerra dels Segadors' desde Portugal. La percepció del conflicto en las gazetas da Restauração' In: *Pedralbes*, n. 28 (2). Barcelona, 2008. p. 173-184.

22 'Gazeta do mes de novembro de 1643, fl. 4'. Apud: Dias. *Op. cit.*, p. 26.

23 Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). Cód. 1689. Manuel Severim Faria. *Observações sobre os males que Deos permitio para bem de Portugal*, 1643.

A propaganda catalã, por sua vez, insistiu mais na ideia de irmandade e solidariedade. Em 1642, Joan Nadal referiu-se aos *"pacientissims portugueses, com ha germans nostres, los quals per sas desditxas tants anys han patti tant iniustament (com tot lo món sap) tanta diversitat de vexacions y crueltats castellanas..."*<sup>24</sup>.

Era também comum a troca de cartas particulares sobre temas portugueses e catalães. Essas eram lidas em voz alta, corriam de mão em mão e por vezes faziam-se centenas de cópias manuscritas. O mesmo Joan Nadal, no mesmo texto, refere que a 4 de julho recebeu uma carta e que em menos de duas horas se fizeram mais de 200 cópias. Para conseguir dar resposta à procura que tinham esses textos, explica que teve que subir a uma cadeira e ditar o conteúdo a 41 pessoas que escreviam<sup>25</sup>. Podia ser naturalmente um exagero por parte do autor, mas evidencia bem o espírito de solidariedade partilhada com os portugueses e o interesse que suscitavam as notícias vindas de Portugal.

Por outra parte, podemos comprovar o esforço feito em publicar panfletos portugueses na Catalunha e vice-versa. Em maio de 1641, Francisco Lucena, secretário pessoal de D. João IV, escrevia que:

Manda el Rey N. S. que pello Dezembargo do Paço se despache licença, & Privilegio a Lourenço de Queiros livreiro, para imprimir quatro livros sobre as cousas de Catalunha, que o Embaxador daquelle Principado presentou a S. Magestade, que offerecerá com esta esta portaria.

É possível ainda hoje identificar que textos seriam esses, se tivermos como certo o privilégio concedido a Lourenço Queiróz. Este livreiro esteve implicado na publicação dos seguintes títulos previamente impressos em Barcelona:

- \* *Epitome de los principios, y progressos de las guerras de Cataluña en los años 1640. y señalada vitoria de Monjuque. Escrivo el P. M. F. Gaspar Sala... Por mandado de los señores deputados.* En Barcelona. Por Pedro Lacavalleria. Año 1641. E agora impresso em Lisboa pelo mesmo original. [Em Lisboa]: por Antonio Alvarez, 1641.
- \* *Noticia universal de Cataluña ... / por el B. D. A. V. Y. M. F. D. P. D. N..* En Lisboa: por Antonio Alvarez, Impresor delRey, 1641.
- \* *Apoyos de la verdad catalana contra las objeciones de una justificacion, que se hizo en nombre del Rey Catholico contra esta provincia. Con los cargos, que injustamente se le impusieron, por unos papeles volâtes, y descargos a ellos.* Em Lisboa: por Jorge Rodriguez, 1642.
- \* *Proclamación Católica a la Magestad piadosa de Felipe el Grande ... los Consellers, Consejo de Ciento de la ciudad de Barcelona,* de Gaspar Sala e impresso por António Alvarez em Lisboa, 1641.

A impressão e a circulação de panfletos sobre a Catalunha em Portugal não se limitou a estes quatro. Outros textos foram publicados na capital portuguesa, como a *Copia da carta de monsiur*

24 "pacientissims portugueses, como irmãos nossos, os quais pela sua infelicidade, sofreram tantos anos injustamente (como todo o mundo sabe) tanta diversidade de vexações e crueldades castelhanas..." (tradução livre). Joan Nadal. *Relació molt certa y verdadera dels ditxosos y felices secessos de las armas del rey de Portugal.* Barcelona: Gabriel Nogués, 1642.

25 *Idem.*

*de la Motta escrita do campo de Constantin em Catalunha... em 24 de junho de 1641 para el rey n. senhor*, por António Álvarez em 1641 e a relação da embaixada do padre Ignácio Mascarenhas a Barcelona, *Relaçam do successo, que o padre mestre Ignacio Mascarenhas... teve na jornada, que fez a Catalunha, por mädado de S. M. el rey Dom Joam o IV*, impresso em Lisboa, na oficina de Lourenço de Anveres, também em 1641. Da mesma forma, quando o padre Ignácio Mascarenhas chegou a Barcelona, levando a credencial de D. João IV datada de 19 de dezembro, esta foi imediatamente traduzida para catalão e impressa por Gabriel Nogués com o título *Jesus Maria: copia de una carta que o serenissim rey de Portugal a enviat als deputats de Catalunya*.

Nos anos que se seguiram, foram-se traduzindo e imprimindo outros panfletos sobre os acontecimentos em Portugal. A título de exemplo, em 1641 foi publicada a *Carta, llealment vertida de portugues en catala, la qual vn cabo portugues escriguè a vn religios portugues: dona auis dels bons successos que han tingut las armas del rey de Portugal, don luan*, na oficina de Gabriel Nogués e em Lérida, Enric Castany imprimiu uma outra *Copia de vna carta traduida de portugues en catala la qual vn cabo portugues escriguè ... dona auis dels bons successos que han tingut las armas del rey de Portugal, don luan, contra las armas del rey*.

Mas a comunicação entre os dois extremos da península não ficou confinada as suas fronteiras geográficas. Catalães e portugueses manifestaram uma grande capacidade de pôr a informação por escrito e divulgá-la. Tanto uns como outros, tentaram aliciar os napolitanos a seguir-lhes o exemplo. Antonio Perez Navarrete, decano do Conselho Real faz prova disso mesmo. O decano deixou vários documentos sobre os incentivos de insurreição e tentativas dos rebeldes catalães e portugueses de vincular-se a Nápoles, antes e depois de julho de 1647<sup>26</sup>. Navarrete menciona o fato de ter mandado prender o sacerdote catalão Joan Forment, que tinha levado para Nápoles de forma clandestina diversos manifestos em letras grandes que convidavam os napolitanos a imitar a Catalunha. Num desses textos, Barcelona dirigia-se a Nápoles repetindo uma exortação de Jesus aos seus discípulos, tratada no evangelho de S. João (13, 15): “Dei-vos o exemplo para que, como eu vos fiz, assim façais também vós”. Além do mais, tinha havido também tentativas de encomendar a Alejandro de Ros, catalão residente em Nápoles, uma obra sobre a revolta da Catalunha. Finalmente publicada em 1646, na oficina de Egidio de Longo, *Cataluña desengañada*, posteriormente traduzida para italiano, foi o oposto do pretendido. Esta obra, ao serviço do governo de Filipe IV, insta os catalães a render-se num tom claramente anti-francês. Mas não só os catalães viram em Nápoles uma oportunidade para debilitar a monarquia hispânica. Em 1650, o rei português incumbiu o padre António Vieira de sondar a situação em Nápoles para ver se seria possível “reacender a insurreição napolitana contra a Coroa espanhola”, prometendo apoios financeiros e militares, de modo a criar-lhe uma segunda frente de guerra que desviasse as forças militares das fronteiras do Alentejo e da Beira<sup>27</sup>. O objetivo era estabelecer contatos com alguns elementos da nobreza napolitana, como Marzio Carrafa, duque de Maddaloni e Gian Girolamo Acquaviva, conde de Conversano, membros de um setor da nobreza descontente com o rei. O plano seria instaurar na capital do reino napolitano um regime pró-nobiliárquico liderado por um filho do rei português<sup>28</sup>. O esquema do rei não teve êxito pois foram descobertas as suas intenções e Vieira foi obrigado a regressar a Lisboa.

26 Villari. *Un sogno di libertà*. Napoli nel declino di un imperio. Nápoles: Mondadori, 2014. p. 308.

27 Aníbal Pinto de Castro. ‘Introdução’. In: *Padre António Vieira, 1608-1697*: catálogo da exposição. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1997. p. 13-19.

28 Valladares. *Op. cit.*, p. 132-133.

## O papel da França

Referimos anteriormente que a França desempenhou um papel crucial nas revoltas da Península Ibérica. De maneira oficiosa, os catalães já a 15 de março de 1640 tinham entabulado negociações com a França, a fim de conseguir ajuda militar para a defesa da Catalunha<sup>29</sup>. A França tinha um interesse claro em destabilizar a monarquia de Filipe IV, mas para alcançar esse objetivo, era preciso agir em várias frentes. O general La Mothe, responsável pelo comando das operações militares na Catalunha, escreveu a Luís XIII que, depois de pacificada a França, ia “*promover las revoluciones en Cataluña y Portugal*”<sup>30</sup>. Esta estratégia foi realmente eficiente. O primeiro pacto entre catalães e franceses foi assinado a 30 de outubro, pelo qual se estabelecia que os catalães não deveriam iniciar nenhuma ofensiva contra a França e que deveriam abrir os seus portos, bem como manter as tropas que seriam enviadas por Luís XIII. No ano seguinte, os catalães aceitaram colocar-se sob proteção francesa e proclamar Luís XIII conde de Barcelona. Nos anos que se seguiram, uma intensiva propaganda foi posta em marcha pelos franceses, com gravuras e textos que utilizavam a Catalunha como um argumento a mais para debilitar o inimigo espanhol<sup>31</sup>.

No entanto, após a retirada das Províncias Unidas, aliadas de França, da guerra em 1648, na sequência das negociações de paz de Westfália, o monarca francês começou a perder o interesse na Catalunha. Em 1651, uma ofensiva preparada por Filipe IV e comandada pelo seu filho bastardo Juan José de Áustria pôe fim à guerra e cria os meios para a assinatura da paz entre Espanha e França, que se acabará por realizar em 1659 com o tratado dos Pirineus.

Também Portugal tinha estabelecido relações com a França antes da revolta. Richelieu, aproveitando-se do crescente descontentamento sentido, aproveitou para incentivar a sublevação, prometendo dinheiro e apoio<sup>32</sup>. A partir de dezembro de 1640, depois de aclamado rei, D. João IV desenvolveu uma intensiva atividade diplomática em três principais âmbitos: junto a países adversários de Espanha, a países sob maior influência espanhola e junto de países neutrais<sup>33</sup>. No primeiro grupo destacou-se especialmente a França. Assim que foi aclamado rei de Portugal, D. João IV tratou de estreitar laços com Luís XIII. O rei francês reconheceu de imediato o estatuto do novo monarca lusitano, sem no entanto assumir mais compromissos. Para tentar solidificar as relações com a França, D. João IV enviou para Paris o conde da Vidigueira, futuro marquês de Niza. A partir da capital francesa, o enviado luso coordenou a ação diplomática portuguesa na Europa, correspondendo-se com os agentes espalhados por várias cidades. Foi também encarregado de dirigir a ação dos dois enviados portugueses às negociações de paz, como veremos mais adiante. No entanto, a morte de Richelieu em 1642 não facilitou em nada os objetivos dos portugueses. O seu sucessor, o cardeal Mazarin, mostrou-se ainda mais renitente em comprometer-se com os

29 Núria Florensa i Soler. 'La República catalana de 1641: un foc d'encendalls'. In: *Butlletí de la Societat Catalana d'Estudis Històrics*, n. 15. Barcelona, 2004. p. 75-88, 84.

30 Josep Sanabre. *La acción de Francia en Cataluña en la pugna por la hegemonía de Europa. 1640-1659*. Barcelona: Librería Sala Badal, 1956. p. 91.

31 Sobre as gravuras francesas vid. Simone Bertièrre. 'La guerre en images: gravures satiriques anti-espagnoles'. In: Charles Mazouer. *L'Âge d'Or de l'influence espagnole: la France et l'Espagne à l'époque d'Anne d'Autriche 1615-1666*. Mont-de-Marsan: Editions InterUniversitaires, 1991. p. 147-184.

32 Sobre este tema vid. L. Vieira de Castro & Rodrigues Cavalheiro. 'A Europa e o domínio filipino em Portugal – das tentativas do Prior do Crato às manobras secretas de Richelieu'. In: *Anais da Academia Portuguesa de História*, 1ª série, vol. VIII. Lisboa, 1944. p. 185 e ss; Cavalheiro. *Richelieu e o duque de Bragança*. Lisboa: Clássica, 1942; e I. S. Révah. *Le cardinal Richelieu et la restauration de Portugal*. Lisboa: Institut Français au Portugal, 1950.

33 Sobre a atividade diplomática portuguesa durante a Restauração, vid. Edgar Prestage. 'Ministros portugueses nas cortes estrangeiras no reinado de D. João IV, e a sua correspondência'. In: *Revista de História*, n. 4. Lisboa, 1915. p. 218-228; e Eduardo Brazão. *A diplomacia portuguesa nos séculos XVII e XVIII*, vol.1. Lisboa: Resistência, 1980.

portugueses num acordo escrito.

A partir de 1648, depois de assinados os tratados de Westfália, a diplomacia portuguesa volta a encontrar novos entraves em Paris. Mazarin, tal como o seu predecessor Richelieu, recusa-se a aceitar um acordo formal. Durante a Fronda, uma série de conflitos que assolaram a França entre 1648 e 1653, Mazarin tentou estabelecer um acordo com João IV com o objetivo de obter ajuda econômica. O rei português, não interessado nessa proposta e sem meios para sequer poder aceder, foi dando respostas evasivas, o que dificultava ainda mais a obtenção de um tratado. O mesmo desinteresse sentido pelos franceses em relação aos catalães afetava Portugal<sup>34</sup>.

A profunda crise financeira e social em que estava mergulhado o reino de Nápoles transformava-o num cenário propício a conspirações, o que atraía a atenção dos reinos vizinhos, sobretudo aqueles em guerra com Espanha. A França sabia a importância que Nápoles tinha para a monarquia de Filipe IV, pelo que seria de esperar que, tal como fazia em Portugal e na Catalunha, atuasse. As tramas urdidas tinham como objetivo incentivar a nobreza a participar numa revolta independentista, e foram encorajadas sobretudo entre 1640 e 1647. No entanto, nenhuma teve sucesso. Entre as mais conhecidas, contam-se as de Tommaso Pigantelli e de Epifanio Fioravanti, ainda na década de 1630 (em 1634 e 1636 respectivamente) e o episódio do príncipe de Sanza. Francesco Sanseverino, príncipe de Sanza, encorajado pela família Barberini – principal ponto de referência francófilo em Roma nas iniciativas contra a monarquia hispânica – pedia aos embaixadores franceses em Roma o envio de uma armada a Nápoles, com o compromisso de que a população iria aderir à sublevação<sup>35</sup>. Em 1646, a diplomacia francesa trabalhou no sentido de assinar um acordo com Tomás de Saboia, prometendo-lhe o trono de Nápoles caso tivesse sucesso em promover a insurreição. Para executar este plano, Tomás de Saboia tentou estabelecer contatos e encontrar apoios. Durante as negociações com o príncipe Gallicano de Roma, abertamente a favor da ocupação francesa do reino napolitano, este comprometeu-se a insurgir todo o Abruzzo quando os franceses chegassem a Nápoles, “*como ya había hecho Braganza en Portugal*”<sup>36</sup>. Um sinal claro de que as notícias tinham ecoado pela Europa afora, e que a revolta portuguesa estava a ser contemplada como um exemplo a ser seguido por algumas pessoas.

### As negociações de paz de Westfália

As instituições catalãs – a Generalitat e o Consell de Cent – mostraram-se reticentes em enviar delegados à conferência de paz. Por um lado, era competência do rei francês defender a Catalunha, e por outro temiam ser usados como um peão a mais nas mãos de poderes mais fortes<sup>37</sup>. Porém, optaram por enviar e a escolha acabou por recair em Josep Fontanella, um sacerdote catalão formado em direito civil e canônico, acompanhado do seu irmão, Francesc, na qualidade de secretário<sup>38</sup>. Sucederam-lhes mais tarde Francesc Martí Viladamor e Josep d’Ardena, dois

34 Sobre as relações diplomáticas entre Portugal e França ver: Edgar Prestage. *As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1928; Prestage. ‘As duas embaixadas do 1º marquês de Niza a França (1642 a 146 – 1647 a 1649)’. In: *O Instituto*, n. 66. Coimbra, 1919. p. 225-241; e Moses Bensabat Amzalak. *As relações diplomáticas entre Portugal e a França no reinado de D. João IV*. Lisboa: S. ed., 1934.

35 Villari. *Un sogno di libertà... Op. cit.*, p. 275-276. Do mesmo autor, *La revuelta antiespañola en Nápoles... Op. cit.*, p. 192-235.

36 Villari. *La revuelta antiespañola en Nápoles... Op. cit.*, p. 203-205.

37 Sanabre. *Op. cit.*, p. 353-365.

38 Sobre a viagem dos dois irmãos a Münster ver: Jaume Costa, Artur Quintana e Eva Serra. ‘El viatge a Münster

diplomatas com acentuado favoritismo pró-francês, o que lhes custou os cargos. As preocupações que suscitaram tais inclinações levaram a que fossem destituídos pelas autoridades catalãs<sup>39</sup>.

Para Portugal, o congresso de Westfália foi visto como uma oportunidade para obter o reconhecimento formal e participar nas negociações de paz a par das outras potências europeias. No entanto, foi o evento que de forma mais clara evidenciou as fraquezas de D. João IV e seus apoiantes. Para alcançar a difícil missão foram enviados para Münster Luís Pereira de Castro e Francisco Andrade Leitão, e para Osnabrück seguiu Rodrigo Botelho de Moraes, substituído após a sua morte por Cristóvão Soares de Abreu<sup>40</sup>.

Quando chegaram, catalães e portugueses encontraram-se com dificuldades certamente superiores às esperadas. As queixas mais frequentes estavam relacionadas com a falta de dinheiro, a falta de apoio da Catalunha e de Portugal, as extremas condições climáticas e com as ameaças feitas pelos oficiais do Império e pelos enviados do rei de Espanha. Além do mais, nenhum desses enviados, nem catalães nem portugueses, tinham realmente experiência em matérias de negociações europeias. Não podiam competir com os enviados de Filipe IV, que contavam com uma vasta experiência em diplomacia.

A 25 de dezembro de 1641 assinou-se o designado “acordo preliminar” em Hamburgo que limitava a participação nas negociações de paz aos plenipotenciários. Isto excluía automaticamente os enviados de D. João IV e os ministros catalães que a Generalitat planeava enviar. Os rebeldes catalães e portugueses enfrentavam a oposição especialmente forte do Império e da monarquia hispânica. Esta recusa dificultava as operações e o cumprimento dos objetivos propostos. O nuncio papal, Fabio Chigi, recusou sempre a recebê-los, mesmo apesar dos pedidos de Alvise Contarini, embaixador veneziano presente, que se interessara pela situação dos rebeldes. Por fim, depois da insistência deste, acedeu a recebê-los, mas apenas os portugueses. Tiveram também que lidar com um constante desprezo e desconfiança. A Espanha mostrou sempre uma animosidade declarada em relação a Portugal e Catalunha, recusando estar presente caso algum dos seus territórios rebeldes fosse recebido.

Nas primeiras semanas de negociações, os ministros franceses apresentaram-se como defensores dos catalães e da causa portuguesa, o que frequentemente provocava a ira dos enviados espanhóis. Não obstante, a relação dos franceses em Münster com os catalães e portugueses não produziu os efeitos esperados. Nem os portugueses nem os catalães foram uma prioridade nas discussões. Os diplomatas espanhóis vetavam todas e cada uma das propostas apresentadas pelos franceses e pelos suecos que incluísse os rebeldes, impossibilitando que o tema estivesse

---

dels germans Josep i Francesc Fontanella per a tractar les paus de Catalunya'. In: Brigitte Schlieben-Lange & Axel Schönberger (orgs.). *Polyglotte Romania*. Homenatge a Tilbert Dídac Stegmann. Frankfurt am Main: Domus Ed. Europaea, 1991. p. 257-294.

39 Sanabre. *Op. cit.*, p. 357-62. Sobre a presença catalã no congresso de Westfália, vid. Joan Busquets. 'Catalunya i la pau de Westfalia. La missió de Fontanella al Congrès de Münster'. In: *Estudi General*. Revista de la Facultat de Lletres de la Universitat de Girona, n. 21. Girona, 2001. p. 241-259; Fernando Sánchez Marcos. 'The struggle for freedom in Catalonia and in Portugal'. In: Bussmann & Schilling (orgs.). *1648 - War and peace in Europe*. Politics, religion, law, and society. vol I. Münster: Westfälisches Landesmuseum, 1998. p. 207-213; e Fernando Sánchez-Marcos. 'The future of Catalonia. A sujet brûlant at the Münster negotiations'. In: Heinz Duchhardt (org.). *Der Westfälische friede diplomatic politische zäsur kulturelles umfeld rezeptionsgeschichte*. München: R. Oldenbourg, 1998. p. 273-292.

40 A bibliografia sobre a presença portuguesa nas negociações de Westfália é muito abundante. Entre muitos, destaca-se pela completa bibliografia sobre o assunto o artigo de Pedro Cardim. "Portuguese rebeldes" at Münster. The diplomatic self-fashioning in mid-17th century European politics'. In: Heinz Duchhardt (org.). *Op. cit.*, p. 293-333.

presente nas discussões.

Mesmo nestas condições, os enviados trabalharam duro durante mais de quatro anos em Westfália, enfrentando ameaças e conflitos. Um dos problemas mais frequentes para os catalães prendia-se aos títulos usados, criando-se “guerras de títulos”<sup>41</sup>. Espanha, Catalunha e Portugal reivindicavam os mesmos títulos e eram frequentes as atribuições errôneas e abusivas. Em maio de 1644, os diplomatas franceses protestaram pelo fato de Filipe IV apresentar-se como “rei de Navarra e Portugal, e conde de Barcelona”. No sentido estrito, o título de “conde de Barcelona”, de acordo com o conceito de monarquia pactista catalã, pertencia ao rei espanhol. No entanto, desde abril deste mesmo ano, Chigi recebia queixas dos franceses por usar um título que se deveria guardar para o rei de França. Mais tarde, os franceses voltaram a insistir nessas questões e solicitaram que nos documentos da Santa Sé não se intitulasse o rei de Espanha como “rei de Portugal e conde de Barcelona”<sup>42</sup>, porque já não o era. O próprio Fontanella viu-se envolvido numa polémica por usar o título “president de Catalunya”. Para fazer face às múltiplas queixas, o nuncio reuniu-se com os enviados espanhóis de forma a aferir a sua autenticidade.

Ante todas essas dificuldades, esses homens mantiveram um perfil relativamente discreto, sob uma apertada vigilância por parte dos funcionários do Império e de Filipe IV. Tal não impediu Andrade Leitão de celebrar, a 1 e a 15 de dezembro de 1644, a restauração de Portugal e a aclamação de D. João IV. Os banquetes tiveram lugar em sua casa e reuniram Leitão, Pereira de Castro, o enviado catalão e o residente sueco. O embaixador francês não foi convidado como retaliação porque, fosse como fosse, segundo o anfitrião, este não lhe iria nunca reconhecer o estatuto de plenipotenciário<sup>43</sup>.

Por oposição ao pessimismo sentido em relação às movimentações políticas, os enviados portugueses e catalães desenvolveram uma atividade escrita muito intensa. Centenas de cartas foram escritas e enviadas de Münster e Osnabrück para vários pontos da Europa. Muitas vezes, iam acompanhadas de textos propagandísticos e imagens que encomendavam e que condensavam os principais argumentos. Os panfletos impressos são demasiados para aqui podermos incluir um listado exaustivo. No entanto, é importante destacar que todos eles eram produzidos no sentido de justificar os argumentos das revoltas e combater os boatos e mentiras que o inimigo castelhano fazia circular em abundância. *Verdades portuguesas contra calumnias castelhanas*, publicado em 1645, é um bom exemplo desta polémica por vezes criada com a publicação de textos. Neste, o seu autor acusa um certo “señor gazetero” de não escrever nada mais que mentiras sobre os apoiantes de D. João IV<sup>44</sup>. Um outro texto de autoria portuguesa assumiu a forma de carta e foi escrito como se tratasse de um alemão, dirigindo-se ao conde de Trauttmansdorff. Neste caso, a *Carta de hum Senhor alemam ao conde de Trautmasdorf plenipotenciario do emperador, sobre sua partida de Munster, & adilação, que casou á paz geral* (1647) fala sobre as Províncias Unidas, França, Portugal e Espanha, e o autor faz uma exortação à paz dos estados desde que França e Espanha continuassem em guerra.

Depois da vitória portuguesa na batalha de Montijo, em 1644, os castelhanos puseram a circular em Münster impressos em vários idiomas relatando os acontecimentos de forma contrária ao sucedido. Para combater esses escritos, o embaixador português Rodrigo Botelho fez estamar em Hamburgo uma relação com a versão portuguesa da vitória. Em Lisboa, o capitão Luis Marinho de Azevedo fez também imprimir uma *Apologia militar en defensa de la victoria de Montijo*

41 Joan Bosquets. *Op. cit.*, p. 251-252.

42 ‘Diario, 3 de outubro de 1644. p. 199-200’. Apud: Cardim. *Op. cit.*

43 BNP. Caixa 14, n. 121. *Carta ao marquês de Cascais*, 17/12/1644. Apud: Cardim. *Op. cit.*, p. 303.

44 *Idem*. p. 315.

*contra las relaciones de Castilla y Gazeta de Genoa*<sup>45</sup>. Esses agentes da coroa portuguesa sabiam o impacto que uma informação errônea poderia ter no desenlace das suas atividades diplomáticas.

A atividade dos catalães foi de menor envergadura, certamente por não ter uma rede diplomática comparável a dos portugueses. Porém, os enviados levaram da Catalunha uma das obras mais importantes da publicística destes anos, a *Proclamación católica*, de Gaspar Sala. Esta obra, com várias edições e traduções em francês, alemão, castelhano, italiano e português, denunciava as políticas de Olivares, contrárias às leis da Catalunha e prejudiciais a Espanha num sentido mais amplo<sup>46</sup>.

Westfália representou um falhanço tanto para os enviados portugueses como para os catalães. Apesar de todas as diligências feitas, os seus esforços foram em vão. Nenhum dos enviados conseguiu tomar parte nas discussões nem ter um papel ativo. É possível inclusive afirmar que talvez os assuntos da Catalunha tenham tido maior projeção nas discussões, apesar de Fontanella ter estado sempre em segundo plano, na sombra da França. A importância do congresso de Westfália reside no esforço feito pelos portugueses para publicar os seus argumentos e espalhá-los pela Europa, uma tarefa difícil face às ameaças que tinham de enfrentar. Apesar dos seus estatutos de plenipotenciários nunca terem sido formalmente reconhecidos, os retratos dos enviados Leitão e Pereira de Castro circularam por Münster durante as negociações. Não temos mais informações diretas sobre estas gravuras, no entanto podemos encontrá-las numa coleção intitulada *Celeberrimi ad pacificandum Christiani Nominis orbem Legati Monasterium et Osnabrigas ex omni pene gentium nationumque genere missi ad vivum Anselmi Van Hulle pernicillo expressi eiusque cura et aere per insignores huius aevi sculptures caelo representati*, publicada em Antuérpia em 1648. Em relação ao retrato de Andrade Leitão, um escolástico português do século XVIII, Diogo Barbosa Machado afirma ter encontrado uma cópia desta coleção, e que junto a um dos retratos dos enviados portugueses podia-se ler a seguinte nota:

Este es el Embaxador que fue a Munster per el Duque de Bragança, Intruso, Rey de Portugal, y aunque esta aqui con los demas Embaxadores no tubo voz ni voto en el congresso ni fue oydo en materia ninguna, de que doy fee con testigo de vista<sup>47</sup>.

Sabemos também que o embaixador Johaan Graf von Say-Wittgenstein, enviado pelo eleitor de Brandenburgo, tinha um livro com os retratos dos participantes nas negociações de paz – não sabemos se o mesmo ou outro – e incluía o retrato de Luís Pereira de Castro<sup>48</sup>. Parece ter havido de fato algum entendimento informal no estatuto atribuído aos portugueses, pois uma outra gravura de Andrade Leitão da autoria de Moncornet, gravador francês, apresenta a legenda “*François de Andrada plenipotentiaire de Portugal*”.

O próprio Fontanella aparece listado por Johannes Cools na obra *Templi pacis apud Osna-*

45 José Ramos-Coelho. *História do infante D. Duarte irmão de el-rei D. João IV*. vol. 2. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1889-1890. p. 292.

46 Antoni Simon i Tarrés & Karsten Neumann (orgs.). Gaspar Sala. *Proclamacion catolica a la magestad piadosa de Filipe el grande, rey de las Españas y emperador de las Indias*. Barcelona: Base, 2003. Para um melhor entendimento do impacto da obra, vid. Elliott. *El conde-duque de Olivares: el político en una época de decadencia*. Barcelona: Crítica, 1990. p. 575.

47 ‘Catálogo dos retratos colligidos por Diogo Barbosa Machado’. Apud: Pedro Cardim. *Op. cit.*, p. 314.

48 Gerd Dethlefs. *Friedensappelle und Friedensecho. Kunst und Literatur während der Verhandlungen zum Westfälischen Frieden*. Münster: Tese de doutorado em História. Universität zu Münster, 1998. p. 302.

*brugenses architecti primarii*, de 1646, como plenipotenciário<sup>49</sup>. O falhanço político dos catalães e portugueses parece não ter correspondido ao sucesso existente nos meios culturais.

### Relações com os Países Baixos

No momento em que estalaram as revoltas de Portugal e Catalunha, os holandeses já se encontravam em guerra contra a monarquia hispânica desde o século anterior. Apesar das tentativas prévias de conseguir um acordo de paz, os holandeses não manifestaram o seu interesse num momento em que a guerra lhes era favorável. Olivares fez os esforços necessários para conseguir uma trégua no Brasil, e reduplicou-os depois da conquista das cidades de Olinda e Recife pelos holandeses em 1630. No entanto, não teve sucesso. Era compreensível que Olivares quisesse impedir a instalação permanente dos holandeses no Brasil, tendo em conta que considerava a devolução daquele território imprescindível para os acordos de paz. Além disso, formava parte das possessões de Portugal, que começava a agitar-se nos últimos anos da década de 1630. Olivares via, mais que nunca, limitado o seu raio de ação devido à debilidade da estrutura constitucional que mantinha unidos os reinos da monarquia. Não podia assinar a paz sem ofender os portugueses, não podia continuar a guerra sem ofender os catalães e se chegassem a um acordo com estes, não sabiam bem como poderiam reagir Aragão, Valência e até mesmo Portugal<sup>50</sup>. Ao contrário do que seria de esperar, não encontramos nas Províncias Unidas grandes mostras de solidariedade e afeto para com os catalães e portugueses. Tudo leva a crer que a guerra no Brasil limitou o contato entre portugueses e holandeses a acordos comerciais. O que sim existiu foi um forte apoio por parte das comunidades portuguesas – nomeadamente judias – instaladas nas principais cidades como Amsterdã e Haia<sup>51</sup>. Nestas cidades, mandaram-se imprimir numerosos textos e enviaram-se armas e dinheiro ao rei português. Também em Haia foi relevante a presença do embaixador português Francisco de Sousa Coutinho para negociar com os holandeses, sobretudo em matérias relacionadas com o comércio e as colónias<sup>52</sup>.

O que encontrou grande eco nas Províncias Unidas foram as notícias da revolta de Masaniello, que chegaram rapidamente, provocando um misto de reações. A obra de A. Giraffi foi traduzida para holandês por Vicent Casteleyen, com o título *Wonderlijcken Op, ende Ondergang van Tomaso Aniello* (A curiosa ascensão e queda de Tomaso Aniello) e publicada em 1650 em Harlem. Foi também publicada em Amsterdã, na oficina de Lambert van den Bos, no mesmo ano, com o título *Het eerste deel der Napelsche Beroerte, met de wonderlijckce Op- en Onderganch van Mas'Aniello* (A primeira parte dos tumultos napolitanos com a curiosa ascensão e queda de Mas'Aniello). Ambas as edições são acompanhadas por uma gravura de Masaniello. A primeira versão apresenta alguns versos em italiano, que descrevem o pescador napolitano como um tirano:

49 *Idem*. p. 325.

50 Elliott. *La rebelión de los catalanes...* *Op. cit.*, p. 435-436.

51 A este respeito ver: Jonathan I. Israel. 'The diplomatic career of Jerónimo Nunes da Costa: an episode in Dutch-Portuguese relations of the seventeenth century'. In: Israel. *Conflicts of empires. Spain, the Low Countries and the struggle for world supremacy 1585-1713*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 171-196; António Cruz. *Subsídios para a história das relações diplomáticas de Portugal com a Holanda*. Porto: Marânus, 1948; e Cornelis van de Haar. *De diplomatieke betrekkingen tussen de republiek en Portugal, 1640-1661*. Groningen: J. B. Wolters, 1961.

52 Prestage. *Correspondência diplomática de Francisco de Sousa Coutinho durante a sua embaixada em Holanda*. 3 vol. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1920.

Anjello, spinto dal tanfo della cancrena dello Stato / E dalla collera del popolo, salí al colmo / Dell'arroganza, delle stragi e degli incendi. / Si fece capo dello Stato e fu onorato come un príncipe. / Governò con violenza e organizzò una scuola di atrocità, / Finché durò: infine morí come un tiranno<sup>53</sup>.

A segunda, por sua vez, estabelece uma comparação entre Masaniello e Fetonte, uma figura mitológica muito usada no Século de Ouro pela literatura espanhola e inglesa, como alguém que “incendiou” o mundo:

Vedete Mas'Aniello che in questa immagine si presenta a tutti / Da pescivendolo salí in alto, al trono reale. / Aiutò l'ombroso cavallo napoletano a correre / e poi, come a Fetonte, gli girò la testa / e in un solo attimo cadde in disgrazia. / Obbedito come un Príncipe, ucciso come un cane<sup>54</sup>.

A obra, traduzida, criticava surpreendentemente a rebelião e as ações do jovem pescador. No entanto, o conflito entre os Países Baixos e a Espanha levou a que a revolta de Masaniello despoletasse outras reações. É de assinalar o caso de Baruch Spinoza, filósofo nascido no seio de uma família judia portuguesa, que se fez representar envergando os trajes típicos de Masaniello, como símbolo da conquista da liberdade<sup>55</sup>. O pintor Heindrick van der Spycck, amigo e protegido de Spinoza, confirma-o, segundo nos relata Colerus, o biógrafo mais conhecido do filósofo em *La vie de B. Spinoza*:

Tenho em mãos um livro de retratos parecidos onde se podem ver várias personalidades distinguidas e que ele conhecia ou que tinha, nalguma ocasião, feito uma visita. Entre estes retratos, vejo na 4ª página um pescador desenhado em camisa, com a rede apoiada no ombro direito, absolutamente parecido, pela atitude, ao famoso cabecilha da rebelião de Nápoles, Masaniello, tal como está representado na história. A propósito do desenho em questão não devo omitir que o senhor Van der Spycck, alojado em casa de Spinoza até ao momento da sua morte, assegurou-me que o retrato assemelhava-se perfeitamente a Spinoza, e que tinha sido desenhado, sem dúvida, tendo-o a ele como modelo<sup>56</sup>.

Na mesma linha, Thomas Asselijn, um dramaturgo holandês, também representou Masaniello como defensor do rei e do povo na obra *Op-en Ondergang van Mas Anjello, of Napelse Beroerte* (Ascensão e colapso de Mas Anjello ou a revolta de Nápoles), publicada em Amsterdã em 1668.

53 “Aniello impulsionado cheiro repugnante da gangrena do Estado / E a ira do povo atingiu o cúmulo / da arrogância, dos massacres e dos incêndios. Tornou-se chefe do Estado e foi honrado como um príncipe / Governou com violência e organizou uma escola de atrocidades / Enquanto durou: finalmente morreu como um tirano” (tradução livre).

54 “Vejam Masaniello que nestas imagens se apresenta a toda a gente / De vendedor de peixe alcançou o topo, o trono real / Ajudou o sombrio cavalo napolitano a correr / e em seguida, como no Fetonte torceu-lhe a cabeça / e num instante caiu em desgraça / Obedecido como um príncipe, morto como um cão” (tradução livre).

55 Lewis S. Feuer. *Spinoza and the rise of Liberalism*. Boston: Beacon Press, 1958. Ver especialmente o capítulo 2.

56 Johann Colerus. *La vie de B. Spinoza tirée des écrits de ce fameux philosophe, et du témoignage de plusieurs personnes dignes de foi, qui l'ont connu particulièrement*. Haia: T. Johnson, 1706. p. 59-66.

Este drama político tinha o fim pedagógico de dar voz a um líder sério e justo, fiel e leal ao rei. Masaniello, em conjunto com Giulio Genoino – um jurista e alegado responsável pela organização da revolta napolitana – são legitimados nesta obra, e a revolta em si apresentada como um acontecimento de sucesso.

Como podemos explicar essas interpretações tão distantes num território geograficamente tão pequeno? Tudo indica que as primeiras interpretações datam de um momento imediato à assinatura da paz com Filipe IV. Depois de uma rebelião de vários anos, poderia interessar condenar os acontecimentos de Nápoles em 1647-1648. O retrato de Spinoza e a obra de teatro são posteriores e podiam integrar um discurso político sobre a natureza das rebeliões.

## Relações com a Inglaterra

No momento em que eclode a revolta portuguesa, a Inglaterra encontrava-se em plena guerra civil. Isso trazia dificuldades acrescidas a Portugal, que tinha que negociar com um governo cuja instabilidade era uma constante. Em abril de 1641, o enviado português D. Antão de Almada foi recebido pelo rei Carlos I, apesar da oposição de Espanha<sup>57</sup>. As próprias relações com os ingleses foram difíceis, o que em parte derivava do acordo com os holandeses: a condição de comprar e fretar barcos holandeses parece ter sido mal recebida pelos ingleses. No entanto, apesar dos obstáculos um acordo acabou por ser assinado em janeiro de 1642 entre os dois países, apesar das cedências dos portugueses. D. Filipe IV não podia estar mais contrariado e com motivo para isso. Na altura da decapitação de Carlos I, o Conselho de Estado não se esqueceu de assinalar que “aquele rei tinha procedido tão mal com Vossa Majestade aquando [...] da rebelião de Portugal”<sup>58</sup>.

As simpatias expressadas pelos Braganças à dinastia dos Stuart durante a guerra civil dificultaram as negociações durante o período da República (1649-1653). D. João IV viu-se obrigado a ceder em todas as negociações de forma a manter a histórica aliança com os britânicos. No entanto, após a morte de Cromwell e após a coroação de Carlos II como rei de Inglaterra, Portugal conseguiu reatar as boas relações, o que se traduziu na negociação do casamento da infanta D. Catarina com o rei inglês.

Desta forma, primeiro a guerra civil e depois a decapitação de Carlos I, em 1649, perturbaram a opinião pública inglesa. De acordo com o historiador J. Robertson, foi um verdadeiro trauma<sup>59</sup>. A revolta de Nápoles, tal como a catalã e a portuguesa, deu-se em plena *Great Rebellion*, o que favoreceu uma apropriação quase imediata dos seus personagens. Em 1649 era publicada *The rebellion of Naples or the tragedy of Masaniello*, assinada apenas por T. B. Esta tragicomédia recorreu a um título irónico para descrever as etapas da vida do jovem pescador e as suas práticas de governo despóticas, sem preocupação alguma pelas vidas humanas. Pouco depois saiu a tradução em inglês da obra de A. Giraffi, traduzida por James Howell, historiador e agente da monarquia inglesa, que desempenhou funções diplomáticas e administrativas na corte de Carlos I<sup>60</sup>. Os apoiantes do monarca inglês não hesitaram em recorrer à parábola de Masaniello para atacar o par-

57 Prestage. *Op. cit.*, p. 17-19.

58 Archivo General de Simancas (AGS), E, leg. 2524, Conselho de Estado, 13/03/1649 Apud: Valladares. *Op. cit.*, p. 143.

59 J. Robertson. *The case for the Enlightenment: Scotland and Naples*. Nova York: Cambridge University Press, 2005. p. 62.

60 George Saintsbury. 'Critical introduction'. In: *English prose*. Selections with critical introductions by various writers and general introductions to each periods. vol. II. Nova York: The Macmillan Company, 1916.

lamento após a decapitação do rei<sup>61</sup>. O jovem pescador representava a tirania, o abuso do poder e o seu exercício despótico. A recepção e a procura destas obras devem ter sido consideráveis, pois nos anos seguintes assistiu-se à publicação de outros textos. Em 1652 vinha à luz a segunda parte da crônica dos acontecimentos em Nápoles, *A history of the late revolutions in the kingdom of Naples*. Em 1654 era publicada uma miscelânea de textos, *Parthenopoeia*, que incluía a *Descrittione del regno di Napoli* de Scipione Mazzella e dois capítulos, um sobre Carlos V e outro sobre Felipe IV, traduzidos pelo mesmo James Howell. O argumento principal mantinha-se: Masaniello, enlouquecido pelo poder, convertera-se num tirano. O expoente máximo da utilização da revolta napolitana para atacar e condenar a revolta inglesa foi a cunhagem de moedas com a imagem de Masaniello numa face, acompanhado da legenda “Masanello vanus es rebellis” e na outra uma representação de Cromwell, com a legenda “Cromwellus victor perduellis”. Os dois foram associados à imagem do tirano rebelde, tal como J. Howell deixou escrito na sua obra *Flagellum: or the life and death of Cromwell*, publicada depois da morte do Lorde Protetor<sup>62</sup>.

A utilização de Masaniello como expressão de condena das rebeliões atravessou o oceano e teve ecos nas colônias americanas inglesas. O historiador David Sherman Lovejoy demonstrou na sua obra *Glorious Revolution in America* como os mesmos argumentos utilizados na metrópole inglesa foram reproduzidos para denegrir a “gloriosa”<sup>63</sup>. A apropriação de Masaniello no discurso da época deve ter tido uma recepção significativa, pois quando ocorreram as revoltas de Nova York e de Maryland em 1689, contra os grandes latifundiários ingleses, os seus cabecilhas foram apelidados de “masaniello”<sup>64</sup>. Masaniello representou para os ingleses, na Inglaterra e nas colônias americanas, o exemplo de líder que atuava em benefício próprio, vaidoso e autoritário, que afirmava agir no sentido de restabelecer a ordem. Não passava, no fundo, de um rebelde e a rebelião era um ato criminoso e condenável.

### República de Veneza: um papel neutral?

Um dos territórios que desempenhou um papel de maior relevância na publicística portuguesa foi a república de Veneza. A posição de Veneza na política europeia era de neutralidade, o que lhe permitiu durante esses anos convulsos assistir ao cruzamento de várias sensibilidades e posições políticas, que se enfrentavam e defendiam.

Esta intransigente neutralidade da república de Veneza facilitou que se encontrasse no mesmo território agentes de países enfrentados. Esta situação potenciou a propaganda política, que foi intensíssima durante os anos das revoltas. A França tinha em Veneza um frade de S. Bento encarregado de escrever os sucessos daquele reino a troco de uma avultada pensão<sup>65</sup>. Contava com o auxílio do embaixador francês e deveria ser sempre favorável à França. Na mesma linha, Portugal contava também com o historiador João Baptista Birago, “um gentil homem veneziano grande escritor com muito bom estilo e substancial, homem de dias e inimigo de Castela”<sup>66</sup>, que colaborou com Francisco Taquet na elaboração de várias obras, em troca de uma boa recompensa

61 Silvana d’Alessio. *Masaniello*. La sua vita e il mito in Europa. Roma: Salerno, 2007. p. 212-215.

62 *Idem*. p. 215.

63 David Sherman Lovejoy. *Glorious revolution in America*. Nova York: Harper and Row, 1974.

64 d’Alessio. *Op. cit.*, p. 215-216.

65 Prestage. *Op. cit.*

66 Biblioteca Pública de Évora (BPE). Cód. CVI 2-11. *Carta de Taquet ao conde da Vidigueira*. Veneza, 6/03/1644. fl., 476.

monetária. A presença destes historiadores deveria ser representativa, pois em 1645, o embaixador de Castela em Veneza, em nome do rei, do vice-rei de Nápoles e de outros ministros, mandou oferecer um bispado de 12.000 ducados de renda no reino de Nápoles a Birago, se passasse para o lado contrário e “emendasse” o que escrevera sobre Portugal. Francisco Taquet era o nome fictício do frade Fernando de la Houe, nascido na Holanda e agente de D. João IV em Veneza.

Do lado oposto, Espanha tinha os seus agentes que difundiam velozmente informações destinadas a toda a península. Frequentemente surgiram queixas de que os castelhanos usavam panfletos e boatos de maneira audaciosa, senão mesmo fraudulenta. Em janeiro de 1646 começaram a circular em Veneza notícias de grandes vitórias militares infligidas pelos espanhóis contra os portugueses na fronteira da Estremadura. Como nos diz Edgar Prestage, “não lhes faltava o pormenor para tornar o boato mais verosímil e mais atraente”<sup>67</sup>. Efetivamente, contavam que houera revoltas por todo o país, especialmente em Lisboa, o que resultara na morte do regedor e de dois desembargadores. Segundo a informação, exércitos dirigiam-se a Évora, onde os portugueses tinham aclamado Castela, e D. João IV fugira<sup>68</sup>. Este gênero de informação devia ser rebatido pelos portugueses, que se apressavam a responder. Ante o panfleto acima referido, Taquet reagiu depressa “contra o que fiz um tratado de verdade que imprimir e divulguei para remediar tanta infâmia”<sup>69</sup>. Em 1646, o mesmo Francisco Taquet, numa carta dirigida ao conde da Vidigueira, chamava a atenção para a maneira ostentosa como o embaixador castelhano falava da vitória sobre os catalães e a consequente necessidade de escrever livros e divulgar informações sobre Portugal<sup>70</sup>.

Esses panfletos, tanto os portugueses como os franceses e os castelhanos, dirigiam-se de forma geral aos mesmos públicos. A informação, produzida na Península Itálica, era rapidamente divulgada por outros territórios vizinhos. Durante esses anos criaram-se verdadeiras redes de comunicação e circularam abundantes quantidades de escritos e imagens<sup>71</sup>. Esses textos eram frequentemente traduzidos para várias línguas. Escritos em italiano, logo eram vertidos para português, francês, inglês, por vezes em várias edições.

A produção e a divulgação dos textos portugueses nem sempre era fácil: muitos eram os obstáculos postos pelos castelhanos, por vezes pondo em perigo a vida dos autores. Devido às dificuldades, era frequente enviar os manuscritos para outras cidades europeias, como Genebra, Zurique ou Haia, onde estava o agente português Jerónimo Nunes da Costa, que aí se encarregava de os fazer imprimir e enviar para Paris, Münster e Veneza.

Apesar do papel neutro da república de Veneza, a perceção dos feitos de Masaniello foi predominantemente negativa. Contrariamente à ideia de herói que foi cultivada na Inglaterra e por alguns partidários nos Países Baixos, em Veneza o pescador napolitano foi visto como um “Masaniello delirante”. Autores como Gioseffo Mantegna e Baldassarre Bonifacio não hesitaram em qualificá-lo como um daqueles homens famosos por casualidade, cuja fama não residia nas

67 Prestage. *Op. cit.*, p. 129.

68 Biblioteca da Ajuda (BA). *Correspondência de Luís Pereira de Castro*. Tomo III. *Carta de Taquet a Luís Pereira de Castro*, 19/01/1646. fl. 51.

69 *Idem*.

70 BPE. Cód. CVI, 2-11. *Carta de Taquet ao conde da Vidigueira*, 29/06/1644. fl. 441.

71 Sobre a questão da circulação de informação na Itália, entre outros vid. Mario Infelise. ‘Book publishing and the circulation of information’. In: Eric Dursteler (org.). *A companion to Venetian history, 1400-1797*. Leiden: Brill, 2013. p. 651-674; e do mesmo autor, ‘La circolazione delle notizie nell’Italia moderna’. In: S. Luzzatto & G. Pedullà. *Atlante della letteratura italiana*. vol. II. Turim: Einaudi, 2011. p. 459-465.

suas virtudes, mas sim nos seus vícios<sup>72</sup>. Não se pode excluir de todo a existência de autores que aclamassem os seus atos, ou que, pelo menos, os considerassem dignos de valentia – como Salvador Rosa e Francesco Melosio –, no entanto eram bem menos.

### Conclusão comparativa

A existência de duas revoltas simultâneas no interior da península não deixou a Europa indiferente. Desde o início estabeleceram-se laços de solidariedade e compreensão entre a Catalunha e Portugal. Foi, no entanto, uma relação que se traduziu em pouco mais que palavras. Podemos até considerar que fracassou no sentido em que nem a Catalunha conseguiu prestar apoio efetivo a D. João IV – exceto pela libertação dos soldados portugueses –, nem Portugal pôde auxiliar o principado. As necessidades imediatas e próprias de cada um interpuseram-se. Apesar da publicística, da numerosa correspondência entre D. João IV e as autoridades catalãs, e das declarações mútuas de amizade, nenhum dos dois conseguiu materializar essa afinidade que proclamavam nos folhetos e cartas. Existiu sim um interesse recíproco da Catalunha pelo tema português e vice-versa, como expressão de solidariedade e sobretudo como “instrumento útil de transposição e compensação”<sup>73</sup>.

Poderíamos questionar-nos por que Catalunha e Portugal não estabeleceram nunca uma relação contra Espanha. Apesar de terem projetado uma ideia de grande cooperação e comunicação, talvez a realidade não fosse bem assim. A falta de comunicação entre os dois territórios foi posta em evidência pelo padre António Vieira, quando afirmava que escutando Mr. de Marsin, lugar-tenente do exército na Catalunha e D. José de Margarit, governador da Catalunha, falar sobre as “cousas de Portugal, com uma notícia tão inteira de tudo, e com circunstâncias tão particulares, tão miúdas e tão interiores fiquei igualmente espantado do muito que sabem de nós, e magoado da pouca notícia que nós temos deles e dos mais”<sup>74</sup>.

Vimos que a França demonstrou um grande interesse em promover os conflitos dentro da monarquia hispânica, como estratégia de enfraquecimento dos Habsburgos. No entanto, nunca chegou a tomar uma posição decisiva. Isso foi bem evidente durante a celebração do congresso de Westfália. A França sabia que a Espanha nunca aceitaria que Portugal e Catalunha participassem nas negociações de paz. As manifestações de apoio aparentes serviram mais como meio de pressão que como expressão de um interesse genuíno. A Catalunha não foi nunca um objetivo em si, mas sim um elemento de pressão para a França entre 1640 e 1652. A revolta da Catalunha, como tal, teve uma repercussão relativamente reduzida a nível europeu. A sua presença limitada em Münster não permitiu que estivesse nunca na lista de prioridades dos assuntos a resolver. Como constatou Oscar Jané, não existiu uma finalidade em si, nem houve nunca a confirmação da credibilidade no exterior<sup>75</sup>. O principado foi sim um elemento a mais na publicística e na forte troca de acusações entre França e Espanha, um peão no seio de um conturbado tabuleiro internacional. Além do mais, a própria situação interna da França impediu que o apoio fosse mais efetivo. A partir de 1648, os vários conflitos internos que assolaram a França dividiram as forças internas da

72 d’Alessio. *Op. cit.*, p. 208-209.

73 Samper. *Op. cit.*, p. 321.

74 ‘Carta a Pedro Vieira da Silva, 3 de Janeiro de 1650’. In: J. Lúcio Azevedo (org.). *Cartas do padre António Vieira*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925. p. 261-262.

75 Oscar Jané. *Catalunya i França al segle XVII: identitats, contraidentitats i ideologies a l’època moderna, 1640-1700*. Catarroja: Afaers, 2006. p. 273.

monarquia francesa e impediram uma ação eficaz na defesa da Catalunha.

Portugal em dezembro de 1640 encontrava-se numa posição de grande fragilidade: a rebelião era na Época Moderna severamente condenada e o novo rei necessitava do reconhecimento estrangeiro para se considerar legítimo. As negociações de paz de Westfália afiguraram-se como uma boa ocasião de triunfar no cenário europeu. Porém, o apoio prometido inicialmente a Portugal por quase todos os adversários dos Habsburgo demonstrou ser frágil e facilmente posto de lado quando outros interesses mais importantes estavam em causa. Os próprios plenipotenciários franceses nunca encararam a causa portuguesa como sendo fundamental e, eventualmente, chegaram a dar mais importância ao problema dos catalães. Westfália foi, em termos diplomáticos, uma derrota para o duque de Bragança: Portugal não conseguiu tomar parte nas negociações nem ser incluído em nenhum dos tratados finais assinados.

A Inglaterra, pelo contrário, representou um dos poucos sucessos relativos da diplomacia portuguesa na época da Restauração. A Espanha assinara a paz com a Catalunha em 1652, e em 1656 encontrava-se em fase de negociar com França. As crescentes dificuldades sentidas no reino francês levaram Portugal a virar-se progressivamente para a Inglaterra, de forma a combater o “isolamento diplomático em que a Espanha tinha conseguido lançar o país”<sup>76</sup>.

Sete anos depois das revoltas na Península Ibérica, a revolta de Masaniello causou um profundo impacto no público europeu da segunda metade do século XVII. Não só provocou reações negativas, como teve ainda a capacidade de potenciar novos conteúdos. A revolta de Nápoles foi usada ao mesmo tempo como exemplo pedagógico de um movimento legítimo para pôr fim à tirania e como exemplo paradigmático de uma rebelião que, como tal, devia ser condenada. Masaniello teve que morrer e a sua morte foi bem vista, pois o sacrifício teve benefícios para o Estado: as leis do rei voltaram a ser instauradas, ao mesmo tempo que foi um sacrifício necessário para pôr fim à loucura que se havia apoderado dele. Foi, sem dúvida, um tema muito popular que perdurou ao longo do século XVIII.

Em conclusão, as revoltas no seio da monarquia hispânica na década de 1640 não deixaram ninguém indiferente nos territórios europeus. Mesmo que diplomaticamente se tenham contado muitos fracassos, e que apenas a revolta de Portugal tenha tido um desfecho positivo, a necessidade de escrever e difundir textos pôs em evidência a importância desses eventos para os seus contemporâneos, fossem inimigos, aliados ou neutrais.

*Artigo recebido para publicação em 10 de novembro de 2014.*

---

76 Prestage. *Op. cit.*, p. 19.